



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **0002433-06.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Injúria**
 Documento de Origem: **TC, OF - 052/2015 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 354/2015 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **CRISTIANE ALVES PEROSSE**
 Vítima: **Vanessa de Oliveira Cavichioli**

Aos 25 de março de 2015, às 13:04h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr. Ju Hyeon Lee - Juiz de Direito Substituto, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autor do fato CRISTIANE ALVES PEROSSE. Presente a Drª **Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento da autora dos fatos, acompanhada de defensor, o DR. Marcelo das Chagas Azevedo – OAB/SP 302.271. Pela vítima foi dito que **DESEJAVA REPRESENTAR** contra o autor do fato. A seguir, tratando-se de ação penal pública condicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de um salário mínimo. **Pelo autor da infração e defensor foi dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. Pelo MM. Juiz foi dito:**“Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de um salário mínimo **em favor da vítima Vanessa de Oliveira Cavichioli, CPF 310.302.928-41**. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico à autora do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), **mediante depósito judicial, nos termos da resolução do CNJ. Efetuado o depósito, expeça-se alvará de levantamento**. A prestação será paga em 02 parcelas de R\$ 394,00 (trezentos e noventa e quatro reais) cada. A primeira parcela será paga em 15 (quinze) dias. A segunda parcela será paga dentro de 45 (quarenta e cinco) dias.” Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor(a):

Advogado autora:

Autora:

Vítima:

Advogado vítima: